

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**REQUERIMENTO Nº , DE 2016
(Do Sr. Sandro Alex)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 84, de 2016.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 24, inciso III, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para discutir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 84, de 2016, que propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), as ações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired) no que diz respeito às decisões desses órgãos relativas aos repasses e aplicação dos recursos advindos de compromissos estabelecidos pelo Edital 002/2014/SOR/SPR/CD - Anatel (Edital de 700 MHz) gerenciados pela Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD).

Para que o tema possa ser discutido com profundidade, sugiro sejam convidados:

- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações;
- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Representante do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired); e
- Representante da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD).

JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Fiscalização e Controle 84, de 2016, de autoria do deputado Júlio Lopes, propõe a fiscalização, através do Tribunal de Contas da União, das decisões do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações e do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV em relação aos repasses e aplicações dos recursos advindos de compromissos gerenciados pela Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV.

A proposta a que nos referimos foi apresentada à Câmara dos Deputados no dia 08/06/16 e aguarda agora votação do relatório inicial apresentado pelo deputado Celso Pansera.

Dessa forma, considerando que essa matéria ainda está em seu trâmite inicial, e que o assunto é de suma importância para este País que se encontra em pleno desenvolvimento do processo de digitalização televisiva, é nossa intenção proporcionar o debate com os principais entes envolvidos conforme indica a Proposta, a considerar: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired); e Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD).

Faz-se mister que esses agentes venham a público debater a matéria prestando assim informações que serão esclarecedoras para grande parte da população que já se vê instigada por informes durante os intervalos televisivos a respeito da chegada do sinal digital. Fora esses informes, esta mesma população ainda não sabe como esse processo todo se dará daqui em diante, por isso visamos que possam acompanhar em tempo real a discussão através da TV Câmara e do canal na Internet.

A considerar as informações públicas que temos sobre este tema, a Portaria do Ministério das Comunicações nº 6.580, de 2 de dezembro de 2015 requereu ao Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (GIREN) que este apresentasse relatório com recomendações para o aperfeiçoamento do processo de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD.

Assim, no dia 20 de janeiro de 2016, o GIREN propôs o desligamento da TV analógica nas 27 capitais do país e grandes centros até 2018 (o que atinge aproximadamente 61% da população), sendo as demais localidades desligadas até 2023.

Destarte, dado o impacto e interesse da população na mudança do sinal analógico para o digital, poderemos debater de que forma atuaremos através desta Proposta de Fiscalização sem prejudicar o desenrolar do desligamento da TV Digital.

Observando data e agenda a serem estipuladas por esta Comissão, aguardamos acolhimento deste requerimento por parte deste Plenário.

Sala da Comissão, em

Deputado SANDRO ALEX